



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
Conselho de Recursos Tributários  
1ª Câmara de Julgamento

**Resolução Nº.** 345 /2008

**Sessão:** 29ª Sessão Ordinária de 18 de abril de 2008

**Processo Nº:** 1/3193/2006

**Auto de Infração Nº:** 2/200603244

**Recorrente:** CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA

**Recorrido:** TRANSPORTES MANN LTDA

**Relatora:** MAGNA VITÓRIA G.L.MARTINS

**EMENTA: ICMS. TRÂNSITO DE MERCADORIAS.** Mercadorias acobertadas por nota fiscal considerada inidônea, por não discriminar corretamente os produtos. Auto de Infração julgado **IMPROCEDENTE**. Infração não caracterizada, haja vista a nota fiscal em questão respeitar todos os pressupostos legais previstos na legislação. Decisão unânime. Recurso oficial conhecido e desprovido.

**RELATÓRIO**

Noticia a peça básica que a empresa transportadora foi autuada por transportar mercadoria acobertada por documentação fiscal inidônea.

A documentação fiscal supracitada, Nota Fiscal nº. 18649, foi considerada inidônea, em virtude de conter declarações inexatas, não discriminando as mercadorias de acordo com as etiquetas dos produtos transportados.

Após indicar os dispositivos legais infringidos, o Agente do Fisco aponta como penalidade o Art.123, III, "a" da Lei 12.670/96, alterado pela Lei 13.418/2003.

A empresa Têxtil Brusque Ltda., na qualidade de interessada, ingressa nos autos por procurador regularmente constituído, para impugnar o feito fiscal, alegando basicamente que *"o fato de a nota fiscal originária não conter descrição quantitativa, individualizada das peças não caracteriza fraude ou dolo, muito menos que as informações são inidôneas"*.

O Julgador Singular se manifesta, às fls. 43/47, julgando IMPROCEDENTE o Auto de Infração com ementa a seguir transcrita:

---

Processo nº. 3193/2006

Auto de Infração nº: 2006.03244 TRANSPORTES MANN LTDA

Julgamento: 18/04/2008

Relatora: Magna Vitória G. Lima Martins



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
Conselho de Recursos Tributários  
1ª Câmara de Julgamento

**"EMENTA: TRANSPORTE DE MERCADORIA ACOBERTADA DE NOTA FISCAL INIDÔNEA – DECLARAÇÕES INEXATAS.** Acusação fiscal que versa sobre transporte de mercadoria com documento fiscal inidôneo em razão de o mesmo não permitir a perfeita identificação dos produtos. Feito fiscal **IMPROCEDENTE**, eis que a nota fiscal descreve efetivamente o produto a qual a mesma acoberta. Defesa tempestiva. Recurso de ofício".

Através do parecer nº. 689/2007, a Consultoria Tributária opina pela confirmação de improcedência do Auto de Infração.

É o Relatório.

**VOTO DA RELATORA**

A autuação versa sobre a inidoneidade da nota fiscal nº. 18649. O referido documento fiscal é considerado inidôneo por conter declarações inexatas.

A nota fiscal impugnada pelo Agente do Fisco em fiscalização no Trânsito de Mercadorias indica no campo "descrição dos produtos" *"toalha de saldo"* na quantidade de 1164,10Kg, com preço unitário de R\$16,80/Kg.

No procedimento fiscalizatório o Agente do Fisco entendeu que a mercadoria transportada tratava-se de: *pano de copa felpudo, toalha banho CARICINHA, toalha de banho ORNATO, toalha social, toalha de rosto CARICINHA, piso para banheiro e toalha banho TUCIPA, todas da marca MARGEX.*

Nas Informações Complementares ao Auto de Infração o Agente do Fisco expõe o seu entendimento sobre documento fiscal: *"o documento fiscal que transporta mercadoria deve ser coerente em suas informações no que tange aos produtos transportados, sendo, portanto considerado inidôneo o documento fiscal que diverge deste raciocínio, conforme entendimento do art.131. inciso III, do RICMS/97".*



**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
Conselho de Recursos Tributários  
1ª Câmara de Julgamento

O Agente do Fisco, portanto, considerou a nota fiscal nº. 18649 inidônea por conter no campo descrição dos produtos discriminação genérica.

A empresa Têxtil Brusque Ltda., na qualidade de responsável solidário, nos termos do art.124, I do Código tributário Nacional, pois, emitente do documento fiscal, ingressa nos autos por procurador regularmente constituído, para impugnar o feito fiscal esclarecendo que as mercadorias descritas no documento fiscal são peças refugo e peças com descontinuidade nas quais impedem a venda como tipo exportação, por essa razão foram classificadas na forma "toalhas de saldo" ou "mercadoria de segunda linha". Tal situação impossibilita a classificação peça por peça. A empresa faz um levantamento de todo esse estoque de mercadorias refugo/descontínuas, quantificando peso e valor.

O cerne da questão consiste no seguinte: o fato da nota fiscal discriminar a mercadoria como "*toalha de saldo*" e não como discriminado no Certificado de Guarda de Mercadorias - CGM nº. 70/2006 é suficiente para tornar o documento fiscal inidôneo.

Vale ressaltar que, no presente caso, a nota fiscal foi desclassificada não por divergência entre o constante na nota fiscal e o verificado fisicamente, mas sim por ter sido feita a discriminação do produto de modo genérico, ou nas palavras do Agente do Fisco "*não discriminou corretamente as mercadorias*".

Ora, tal fato não é suficiente para se desclassificar a nota em questão. Esta cumpre com todas as formalidades exigidas pela legislação estadual, contendo todas as informações necessárias para identificação do produto, sua origem e seu destino, não ficando caracterizado, portanto, nenhum intuito sonegatório que ensejasse considerar a mesma inidônea.

Assim, diante dos fatos apresentados, não há como não corroborarmos a decisão monocrática, para considerar o auto de infração **IMPROCEDENTE**.

É o **VOTO**.




**ESTADO DO CEARÁ**  
**SECRETARIA DA FAZENDA**  
**Contencioso Administrativo Tributário**  
Conselho de Recursos Tributários  
1ª Câmara de Julgamento

**DECISÃO:**

Vistos, discutidos e examinados os presentes autos, em que é recorrente CÉLULA DE JULGAMENTO DE 1ª INSTÂNCIA e recorrido TRANSPORTES MANN LTDA.

A 1ª Câmara do Conselho de Recursos Tributários, por unanimidade de votos, resolve conhecer do recurso oficial, negar-lhe provimento, para confirmar a decisão **ABSOLUTÓRIA** proferida pela 1ª Instância, nos termos do voto da Conselheira Relatora e do Parecer do representante da douta Procuradoria Geral do Estado.

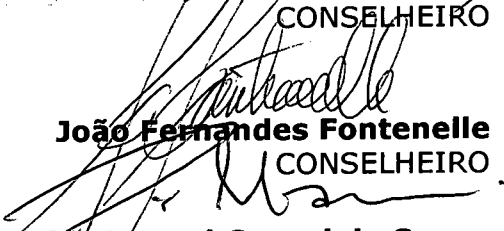
**SALA DAS SESSÕES DA 1ª CÂMARA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE RECURSOS TRIBUTÁRIOS**, em Fortaleza, aos 20 de junho de 2008.

  
**Dulcimeire Pereira Gomes**  
PRESIDENTE

  
**Magna Vitória G. Lima**  
CONSELHEIRA RELATORA

  
**Vito Simon de Moraes**  
CONSELHEIRO

  
**Alfredo Rogério Gomes de Brito**  
CONSELHEIRO

  
**João Fernandes Fontenelle**  
CONSELHEIRO

  
**Maria Elineide Silva e Souza**  
CONSELHEIRA

  
**Cid Marconi Gurgel de Souza**  
CONSELHEIRO

  
**José Sidney Valente Lima**  
CONSELHEIRO

  
**Janine Gonçalves Feitosa**  
CONSELHEIRA

**Matteus Viana Neto**  
PROCURADOR DO ESTADO